

PRIMEIRAS AÇÕES DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM NAVIRAÍ/MS: CLUBE DE MÃES E O CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO MARIA JOSÉ S. CANÇADO

Giseli Tavares de Souza Rodrigues¹ e Larissa Wayhs Trein Montiel²

Resumo

Este texto tem como objetivo apresentar o retrato das primeiras ações de atendimento à infância na região sul de Mato Grosso do Sul, e pretende contribuir para o cenário do início do atendimento à infância na região, por meio do Clube de Mães vinculado ao Projeto Casulo e a Legião Brasileira de Assistência, assim como a implementação da primeira creche pública no município de Naviraí no Mato Grosso do Sul. Nesse período há uma mudança significativa no processo administrativo da creche quando ela passa a ser responsabilidade da Gerência Municipal de Educação e não mais da gestão da Gerência da Assistência Social no município. As fontes utilizadas são documentais e fizeram parte de dois trabalhos concluídos uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado, para isso utilizamos os documentos de criação e implementação das instituições, assim como registros fotográficos. Consideramos que o município de Naviraí pode ser um dos primeiros municípios no estado a iniciar o processo de transferência do atendimento da Assistência Social para a Educação. Assim as exigências sociais e legais fizeram com que as mudanças fossem ocorrendo e alterações no cenário do atendimento à criança foi se configurando por meio de transformações dos espaços, da profissionalização docente e a partir da municipalização dos recursos.

Palavras-chave: História da Educação; Atendimento à infância; Clube de Mães; Projeto Casulo.

FIRST CHILDHOOD CARE ACTIONS IN NAVIRAÍ/MS: MOTHERS' CLUB AND THE MARIA JOSÉ S. CANÇADO INTEGRATED EDUCATION CENTER

Abstract

This text presents the first childhood care actions in the southern region of Mato Grosso do Sul and intends to contribute to the scenario of the beginning of childhood care in the region, through the Mothers Club linked to the Casulo Project and the Brazilian Legion of Assistance, as well as the implementation of the first public day care center in Naviraí (Mato Grosso do Sul). During this

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora na Rede Municipal de Ensino de Naviraí Mato Grosso do Sul, Brasil.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil.



period, there is a significant change in the administrative process of the daycare when it becomes the responsibility of the Municipal Education Management and no longer the management of the Social Assistance Management in the municipality. The sources used are documentary and were part of two completed works, a doctoral thesis and a master's dissertation, for this we used the documents of creation and implementation of the institutions, as well as photographic records. We believe that Naviraí may be one of the first municipalities in the state to start the process of transferring assistance from Social Assistance to Education. Thus, social and legal requirements caused changes to occur and changes in the scenario of child care were configured through transformations of spaces, teacher professionalization and from the municipalization of resources.

Keywords: History of Education; Child care; Mothers Club; Casulo Project.

Introdução

No Brasil, a infância foi alvo de uma história de atendimento educacional que teve um início de cunho assistencial e filantrópico, dirigido por médicos higienistas, juristas, religiosos, entre outros, visando atender crianças em situações de abandono, de miséria e de vulnerabilidade. Não era qualquer infância. Essas crianças eram seres pertencentes às classes pobres, economicamente, viviam uma infância, desprovida de cuidados básicos de sobrevivência e outras habitavam as ruas desamparadas. Foram implantados institutos, associações de damas, creches e escolas maternas ligadas às fabricas para atender aos filhos dos operários e programas assistenciais que pretendiam proteger e acolher as crianças, nas circunstâncias mencionadas acima, e também os jardins de infâncias de cunho privado destinados aos filhos dos mais abastados, economicamente, os quais chegaram ao país no início do século XX (Rodrigues, 2019).

A partir da década de 1960, com o aumento das mulheres no mercado de trabalho em toda parte do mundo ocidental, espalhou-se o reconhecimento e a necessidade de entidades para a educação das crianças que passaram a ser vistas como lugar de boa educação (Kuhlmann Jr., 2007). Tal procura, provocada pela mudança no contexto social na estruturação familiar e no trabalho feminino, foi destinada para as crianças de todas as classes sociais.

As iniciativas de atendimento em creches e em pré-escolas ao longo da história também teve caráter compensatório, que visava dar aos pobres o que eles não tinham (Kramer, 1995). Essa ideia de compensação começou na década de 1960 nos Estados Unidos a partir de estudos realizados com testes de rendimento, a fim de identificar as causas do fracasso escolar de crianças desfavorecidas, sendo comparadas com outras crianças de classe média. O modelo inserido em muitos países chegou ao Brasil em 1970, quando já estava sendo criticado no país norte-americano (Yamin, 2001). Nesse período se inicia discussões acerca do estabelecimento de pré-escolas como projetos de concepções compensatórias para crianças desfavorecidas, norteadas por

análises de economistas que remetiam ao ensino a solução para os problemas de insuficiência do 1º grau, tendo uma visão de que a criança deveria ser preparada para viver as experiências do próximo nível de ensino para depois ir para a escola.

Em vista disso, Diagnóstico Preliminar da Educação Pré-Escolar, editado pelo Ministério da Educação em 1975, apresentou a interferência no processo ensino-aprendizagem causada pela privação cultural nas crianças pobres. E “a teoria piagetiana foi utilizada como referência para reforçar a abertura de programas compensatórios, incidindo sobre a legislação nacional, como o parecer CFE nº. 1600/75, de 7/05/75” (Yamin, 2001, p. 57). Sendo assim, a pré-escola seria introduzida por meio de papel compensatório que serviria para resolver problemas de ineficácia da primeira série.

A história do atendimento à criança pequena não só em Mato Grosso do Sul, mas em âmbito nacional/mundial passou por diversos dilemas, debates, conflitos sociais, políticos e econômicos na busca de garantir o respeito à criança e a seus direitos, dentre eles o do acesso à educação, atualmente efetivado por força e neste sentido, podemos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069/1990 criado com o intuito de promover a garantia do atendimento à criança e ao adolescente. E tem como objetivo principal a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e priorizando seu desenvolvimento integral. O ECA estabelece um conjunto de normas e diretrizes que visam garantir a esses indivíduos condições adequadas para o seu bem-estar físico, mental, moral e social (Brasil, 1990).

A literatura informa que as mudanças no decorrer desses processos, amparadas por uma legislação apontam o lugar e a importância da infância e do cuidado com todas as crianças. Assim, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) concretizou pela primeira vez na história da infância, o direito da criança como cidadã e apontou, no artigo 208, que o atendimento em creches e em pré-escolas constituía um direito social da criança e dever do Estado. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (Brasil, 1989) também estabeleceu garantias e o bem-estar infantil, assim como o ECA, mencionado, anteriormente. E depois de 1990, muitas políticas sociais, outras educacionais e pedagógicas em âmbito nacional surgiram com o objetivo de assegurar o cuidado e a educação das crianças pequenas. Nesta direção, o percurso histórico indica novas políticas públicas educacionais, culminando com o reconhecimento da modalidade de Educação Infantil, abrangendo creche e pré-escola e atendendo as crianças de 0 a 05 anos. Essa conquista se deu pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei Federal nº 9.394/96 que explicita no artigo 29, “educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 05 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Brasil, 1996).

Todo esse arcabouço legal formulou um novo paradigma acerca do direito e do atendimento à criança voltando-se para a integração de práticas, que

buscaram articular o cuidar e educar por meio de ações pedagógicas exercidas na Educação Infantil e também apontou uma necessidade formativa dos professores para esse segmento da educação.

Desse modo, a finalidade deste texto é discutir acerca das primeiras ações de atendimento à infância no interior do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente analisar o Projeto Casulo implementado no Clube de Mães e aspectos da criação da primeira Creche Municipal em Naviraí – MS, que passou pela gestão da Gerência da Assistência Social, sendo, posteriormente, transferida para a Gerência de Educação do município.

Para isso, partiremos dos resultados alcançados nas pesquisas concluídas como a dissertação de Rodrigues (2019) que abordou sobre a (A História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS 1974-1990), e a tese de Montiel (2019) que analisou a questão (*Da Assistência à Educação Infantil: a transição do atendimento à infância no município de Naviraí - MS /1995-2005*), ambas desenvolvidas no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Para tanto, operamos com parte da documentação resultante das pesquisas concluídas, como: Estatuto do Clube de Mães de 1974, os Plano Municipais de Educação do Município de Naviraí (Naviraí, 2004-2014), (Naviraí, 2015-2025) e três fotos que ilustram tanto a história do Clube, como a do atendimento a infância no município. Diante desses documentos acreditamos que a interpretação histórica como, afirma Kuhlmann Jr. (2019), não poderia atestar os documentos como revelação da verdade pois eles são frutos de relações sociais de seu tempo. Deste modo, cabe refletir sobre os indivíduos e interesses existentes e sobre as condições em que foram produzidos tais documentos, como também analisar como e onde foram movimentados e preservados.

2. Metodologia

Metodologicamente trabalhamos neste texto com método documental de pesquisa histórica em que analisamos a partir do recorte de fontes de parte da documentação resultante de pesquisas concluídas, citadas acima, para esse estudo os documentos analisados foram: Estatuto do Clube de Mães de 1974, os Plano Municipais de Educação do Município de Naviraí (Naviraí, 2004-2014), (Naviraí, 2015-2025) e três fotos que ilustram tanto a história do Clube, como a do atendimento a infância no município. Também utilizamos documentos bibliográficos, como teses e dissertações e publicações locais do tipo “memorialistas”, para lançar o olhar para o contexto histórico apresentado, pois “entendemos que essa abordagem se faz a partir de análise de materiais concretos, compostos por diversas fontes, como documentos impressos, escritos, livros, fotografias, entrevistas, entre outros” (Rodrigues, 2019, p. 18).

O objetivo deste trabalho foi discutir acerca das primeiras ações de atendimento à infância no interior do estado de Mato Grosso do Sul, principalmente analisar o Projeto Casulo implementado no Clube de Mães e aspectos da criação da primeira Creche Municipal em Naviraí – MS, que passou pela gestão da Gerência da Assistência Social, sendo, posteriormente,



transferida para a Gerência de Educação do município. Como podemos indicar no texto o processo de transferência de atendimento realizado em um primeiro momento com um caráter filantrópico e assistencial, foi cedendo espaço para o atendimento institucionalizado, ofertado pela gerência de educação municipal em Naviraí- MS.

Pensando com o historiador, Jacques Le Goff (1990, p. 472), o documento significa “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que a produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver. O documento é uma coisa que fica, que dura”. E assim, podemos nos aprofundarmos nas fontes documentais, e por meio delas procurar entender a história de nossos interesses de investigação na busca de sanar inquietações científicas. No entanto, como diz o autor pelo fato de nunca ser puro e objetivo, o documento como memória, registro do passado, deve ser compreendido como um monumento e precisa “ser desestruturado, desmontado e desmistificado” (Le Goff, 1990, p. 110).

Desta forma, para entendermos as primeiras ações de atendimento à infância no interior do estado de Mato Grosso do Sul, analisar o Projeto Casulo implementado no Clube de Mães e aspectos da criação da primeira Creche Municipal em Naviraí – MS, que passou pela gestão da Gerência da Assistência Social e posteriormente transferida para a Gerência de Educação do município seguimos a pesquisa desmistificando cada detalhe da documentação trabalhada.

Primeiramente foi feito a leitura das pesquisas concluídas de Rodrigues (2019) e Montiel (2019) para aprofundamento teórico e definição de quais documentos iríamos trabalhar e posteriormente as análises necessárias para a construção deste trabalho. A visto disso, pontuamos que a relevância da investigação se manifesta no sentido de que ela vem compor o *rol* de estudos sobre a criança, a infância e seu atendimento no estado de Mato Grosso do Sul, pois, no período em que as pesquisas foram desenvolvidas, constatamos por meio dos levantamentos bibliográficos feitos que haviam poucos estudos sobre a temática no interior do estado. Dentre as pesquisas sobre o tema existentes na região, se destacaram os trabalhos de: Sarat (2011), Ferreira (2012), Silva (2015), Santos (2015), Souza e Monteiro (2016), Grativol (2017) entre outras.

Assim, podemos considerar que muito tem se produzido sobre a história da criança, infância e educação infantil do sudeste do país, e há uma escassez de pesquisas sobre a infância na região sul de Mato Grosso do Sul, o que nos motiva a escrever mais sobre a história do atendimento e educação da criança sul mato-grossense.

2. Políticas sociais e educacionais para a infância no estado de Mato Grosso do Sul

As políticas sociais referem-se a um conjunto de ações, programas e leis renovadas por governos ou outras entidades para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Essas políticas são voltadas para atender às necessidades básicas e garantir direitos sociais, como saúde, educação,



moradia, segurança, emprego, e assistência social. E as políticas sociais têm um impacto significativo na sociedade de várias maneiras, como: redução da desigualdade pois ao fornecer acesso a serviços básicos e benefícios sociais, as mesmas, ajudam a reduzir as disparidades econômicas e sociais. Estabilidade econômica, e desta forma, pode fornecer uma rede de segurança ajudando estabilizar a economia, reduzir a pobreza e o desemprego. E ainda, o desenvolvimento humano investindo em educação e saúde, as políticas sociais benéficas para o desenvolvimento humano, aumentando a capacidade das pessoas de contribuírem positivamente para a sociedade, entre outras.

Nesta perspectiva, pensando nas políticas sociais, a partir da história da infância, é possível dizer que as instituições de atendimento social e educacional voltadas para as crianças menores de 7 anos, implantadas no país, nem sempre foram alvo da atenção e prioridade nas políticas governamentais, pois muitas iniciativas somente foram mencionadas em discursos e não foram, de fato, concretizadas. Assim, a passos lentos, foram aparecendo perspectivas institucionais com o propósito de acolher a criança, ainda que fosse a partir de um caráter assistencial, no caso das creches, ou em alguns casos de educação pré-escolar de caráter mais assistencial.

As primeiras iniciativas de atendimento à criança, em Mato Grosso do Sul - MS se dão a partir de modelos iniciados em Mato Grosso-MT, quando o estado ainda era uma única unidade da federação. A divisão do Mato Grosso em dois estados, originando o Mato Grosso do Sul, ocorreu em 1977 pela Lei Complementar nº 31, no governo de Ernesto Geisel, em 11 de outubro de 1977, com os dois estados instalados oficialmente em 1979 (Silva, 1997). Até então, as fontes que temos nos informam sobre o atendimento à infância, segundo Santos e Sá (2011): seria o de um jardim de infância para crianças indígenas em 1910, ligado à Igreja Católica e à missão salesiana, com perspectiva de catequese de populações autóctones; depois, temos um crescimento em meados do século XX com alguns projetos institucionais, entre eles os Centros de Assistência Lar Santa Rosa (1963) em Corumbá, e o Lara Santa Rita (1965) em Dourados, ambas vinculadas a Igreja Católica; e ainda na década de 1970, a criação da Casa-Escola Infantil do Bom Senso, amparada pelo Departamento de Educação Pré-Escolar da Secretaria de Educação e Cultura do estado.

O projeto Casa-Escola Infantil do Bom Senso previa que os Centros Educacionais fossem pensados por meio “[...] de um modelo comum e assumiriam a proposta de ser escolas-modelo para a implantação da Lei nº 5.692/71 no estado de Mato Grosso” (Silva; Souza, 2001, p. 240). Esse projeto foi implantado em municípios como Cuiabá, Campo Grande, Aquidauana, Dourados e Corumbá. Podemos afirmar, pela literatura, que esse modelo se assemelhava a um jardim de infância e atendia crianças das classes alta, média e baixa. Tais instituições tinham como pressuposto metodológico o método montessoriano em suas práticas pedagógicas.

O projeto Casa-Escola Infantil do Bom Senso durou aproximadamente sete anos, e o seu encerramento ocorreu de maneira diferenciada em cada uma das cinco instituições onde foi implantado. Podemos considerar, ao longo da sua

existência, que ele foi perdendo sua especificidade e, aos poucos, o governo do estado começou a diminuir os recursos e o investimento na proposta da instituição, pois consideravam a metodologia de alto custo. Esse fato desmotivou os seus administradores a expandirem o atendimento diante do crescimento da demanda, uma vez que o Estado não quis seguir investindo na educação para crianças de classes populares. Ao contrário, demitiu funcionários e não ofereceu a formação para os professores que trabalhavam com a proposta, pois, por ser uma pedagogia diferenciada, os/as docentes deveriam receber formação em escolas específicas em outros estados – em especial, São Paulo e Rio de Janeiro –, em escolas de método montessoriano, o que demandava um alto investimento que, ao poder público, não interessava. Assim, mesmo com a alta procura por vagas, o número de atendimento tornou-se cada vez menor e o projeto foi se esvaziando. Com a divisão de Mato Grosso, a continuação do projeto ficou mais difícil.

Ao ser criado o novo estado de Mato Grosso do Sul, por meio da sua recém-criada Secretaria Estadual de Educação – SEE/MS, uma nova proposta para a educação e o atendimento à infância se implantou: o Programa de Atendimento ao Pré-Escolar - PROAPE que “[...] visava à expansão do atendimento às crianças de 5 e 6 anos de idade e propunha um trabalho completamente diferente daquele desenvolvido nos anos 1970” (Silva; Rosa, 2001, p. 249). Nesse momento, no final da década de 1970, também surgiu o Fundo de Assistência de Mato Grosso do Sul – FASUL pela Lei Estadual nº 37, de 12 dezembro de 1979, no governo de Marcelo Miranda Soares, de 1979 a 1980, propondo atingir principalmente as camadas pobres. E tinha o objetivo de oferecer assistência médica, farmacêutica, ambulatorial e outras finalidades para os necessitados, incluindo crianças, mães, gestantes, deficientes, menores, movimentos populares e associações de moradores. Nesse contexto, O FASUL implantou associações, centros comunitários, clubes de mães e creches, dando assistência e auxílio para o desenvolvimento integral das crianças. Posteriormente, foi criada a Secretaria Estadual de Assistência Social - SASC, formada por quatro diretorias: a de desenvolvimento infanto-juvenil, a de desenvolvimento dos recursos humanos, a de desenvolvimento comunitário e a de desenvolvimento social (Silva, 1997).

Nesse movimento, são formadas as Agências Regionais de Educação, que são entidades da Secretaria Estadual de Educação, encarregadas pela propagação da política educacional do estado nas regiões equivalentes (Silva, 1997). Dessa forma, nas décadas de 1980 e 1990, órgãos estaduais, que organizaram projetos para o atendimento às crianças (na faixa etária de 4 a 6 anos) no Mato Grosso do Sul, em termos educacionais, estavam junto com a Secretaria Estadual de Educação - SEE/MS: o Programa de Atendimento ao Pré-Escolar - PROAPE, o Programa de Educação Pré-Escolar - PROEPE; e no campo assistencial, o Fundo de Assistência de Mato Grosso do Sul - FASUL e a Secretaria Estadual de Assistência Social - SASC (Silva, 1997).

Dentre os programas desenvolvidos pelo FASUL e pela SASC, citamos o Programa de Atendimento ao Menor em Situação Irregular - PRO-MENOR, e o Projeto Creches Casulo. Tais ações eram direcionadas à criança pequena de 0 a



6 anos. Do PRO-MENOR destacou-se o projeto Unidade de Apoio Familiar com creches domiciliares no qual as atividades eram desenvolvidas de forma diversa e a mãe que cuidava era chamada de mãe "crecheira"; esta recebia um salário de acordo com o convênio firmado pelo projeto. As creches domiciliares foram criadas em Aquidauana, Três Lagoas e Campo Grande. Importante salientar que essas mulheres não possuíam formação alguma, era somente uma ou outra mãe que se dispunha a ficar com os filhos e filhas das outras enquanto as demais iam para o trabalho.

O projeto Creches Casulo também foi executado no Mato Grosso do Sul por meio da SED/MS e da Legião Brasileira de Assistência - LBA, em 1942, pelo Decreto Lei nº 4.830/1942 e das prefeituras, com a finalidade de atender crianças de 3 a 6 anos. Oferecia cuidados médico-odontológicos, alimentares, atividades recreativas educacionais e similares, e visavam atendimento integral de 8 horas diárias. Na prática, porém, desenvolviam somente 4 horas com características educacionais (Silva, 1997).

Com relação a educação pré-escolar, enfatizamos o Programa de Atendimento ao Pré-Escolar – PROAPE, mencionado anteriormente, que foi uma das primeiras iniciativas de atendimento à infância no Mato Grosso do Sul, por intermédio da SEE/MS. Fazia parte de um programa nacional surgido em 1976 – em parceria com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – que, entre os anos de 1980 e 1981 se espalhou por diversos estados, incluindo o Mato Grosso do Sul. O PROAPE contava com a ajuda das mães, que auxiliavam na limpeza e no preparo da alimentação. A hipótese é de que essa foi uma forma de responsabilizar as famílias a contribuírem na amenização dos conflitos sociais. No entanto, tal política reafirmou as características compensatórias e preparatórias executadas pelas Casas-Escolas Infantis do Bom Senso anteriormente. Com isso, o MEC ampliou o atendimento às crianças entre 4 e 6 anos com menos recursos, porém não se responsabilizou pela construção de prédios, nem pela formação de profissionais.

O objetivo do PROAPE era dar oportunidade para o aprimoramento biopsicossocial das crianças pequenas por meio de atividade social, emocional, aprendizagem físico-motora, intelectual e oferecer alimentação (Yamin, 2001). Em 1986, a SEE/MS promoveu uma organização da pré-escola e, aos poucos, o PROAPE foi se extinguindo devido à falta de uma metodologia que atendesse à demanda de crianças e à falta de preparo dos educadores.

A partir de 1985, aumentou o número de salas para a pré-escola em todas as escolas estaduais, exceto na zona rural. No entanto, fazemos uma ressalva para indicar que, em 1982, surgiu outro programa divulgado pelo Ministério da Educação - MEC decorrente de uma colaboração entre a Coordenação de Educação Pré-Escolar COEPRE e a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, mediada pela professora Orly Zucatto Mantovani de Assis, que, com base na concepção piagetiana, formulou a metodologia do Programa de Educação Pré-Escolar PROEPRE. Inicialmente, o programa foi desenvolvido no Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Posteriormente, foi

ampliado para outros estados, como Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Sergipe (Silva, 1997).

O PROEPRE foi efetivado no Mato Grosso do Sul em 1984, executado, primeiramente, em 19 salas na capital, sendo subsidiado pela SEE/MS. Tinha o objetivo de desenvolver uma proposta educativa voltada para a aprendizagem infantil de maneira global, envolvendo quesitos cognitivos, afeto, harmonia, perceptivo-motores, com uma proposta de educação que não visasse à preparação para o seguimento seguinte. Tal propósito não se concretizou, tendo em vista que a preocupação com as crianças desfavorecidas traçava metas que especificavam condições de preparação e compensação.

Por meio do método piagetiano, a educação propagada pelo PROEPRE pretendia auxiliar a aprendizagem cognitiva da criança, constituindo as condições suficientes para o ensino seguinte. Foi uma espécie de pacote implantado, sem levar em conta os aspectos sociais e culturais das crianças que eram atendidas, sendo um programa que poderia ser estruturado em qualquer lugar e aplicado por qualquer profissional, uma vez que o público aprenderia por meio de um único sistema (Silva, 1997). Posteriormente, esse programa foi alterado pela intervenção das Diretrizes Gerais para o Ensino de Pré-Escolar e de 1º Grau, de 1989. Em seguida, foram formuladas novas iniciativas no contexto da política educacional estadual com foco mais para a pré-escola, portanto, já se estava debatendo, na esfera da política nacional, sobre a demanda de creche e pré-escola.

Na década de 1990, continuaram surgindo mudanças nas políticas voltadas para a educação da infância, enquanto as ações do Ministério da Educação se destinavam à educação das crianças pequenas, conhecida hoje como educação infantil. Vale destacar que esse, conceito denominado Educação Infantil só se concretiza depois da Lei nº 9394 de 1996, momento em que a visão do que é infância e criança se estabeleceu modificada, devido a uma série de discussões feitas em décadas anteriores sobre direitos, cuidado e educação voltadas para as crianças pequenas (Brasil, 1996). O debate seguiu avançando para a perspectiva dos direitos e do atendimento educacional que têm sido formalizados atualmente com uma história reconhecida de avanços e retrocessos alcançados na educação infantil, porém sempre presente o debate necessário, pois muitas pessoas enxergam “[...] essa etapa enquanto política ligada à educação, outros não a compreendem enquanto direito da criança, e alguns querem negá-la apresentando propostas para desqualificá-la” (Mato Grosso do Sul, 2014, p. 13).

3. Iniciativas de atendimento a infância no município de Naviraí – MS

A cidade de Naviraí surgiu em 1952, porém a sua emancipação ocorreu em 1963. O termo "naviraí", de origem guarani, quer dizer "pequeno rio entre arbustos de cor roxa", ou "rio cheio de árvores menores roxas". VIRAÍ vem do guarani, que significa "matiz arrocheada", que especifica as folhas de arbustos

na fase de renovação. Com esse nome surgiu o município de Naviraí/MT¹, à época, por meio de uma organização imobiliária de Ariosto da Riva, empresário da empresa Colonizadora Vera Cruz, São Paulo. O referido empresário fundou inúmeros municípios no Oeste e no Norte do país [...] (Juniro; Silva, 2016). Em novembro de 1952, conseguiu uma gleba de terra no extremo sul de Mato Grosso, junto com dezoito sócios, e implantaram a Colonizadora Vera Cruz de Mato Grosso Ltda e seguiram desbravando a região (Naviraí, 2004). Na geopolítica atual o município de Naviraí está situado no Centro-Oeste do Brasil, no sul de Mato Grosso do Sul, na Mesorregião do Sudoeste e na Microrregião de Iguatemi (Faria, 2018). Deste modo, Naviraí é um município ilustre do estado, tendo um fundamental acesso às regiões centrais do Brasil, como os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso (Naviraí, 2015).

Segundo Rodrigues (2019), Naviraí iniciou com suas práticas de assistência à criança pequena a partir de entidades filantrópicas ligadas a igrejas, empresas e também pela secretaria de assistência social. Dentre as instituições de atendimento que marcaram a história do atendimento à infância no município, o Clube de Mães foi à primeira entidade no ano de 1979 a começar com a assistência infantil, permanecendo por um longo período atendendo as crianças. Depois de 1980, começaram a aparecer outros espaços de acolhimento, como o Lar das Crianças, a Sociedade Caritativa e Humanitária - SELETA, escola Beija-Flor, escola do Pacola que foi um empresário no ramo de serralheria que doou um espaço para o atendimento às crianças na idade pré-escolar e funcionava em parceria com a Secretaria Municipal de Educação a época. Também foi organizado espaço para atendimento às crianças no antigo prédio da Polícia Militar. Nesse período, podemos crer que a educação das crianças pequenas podia acontecer em qualquer lugar, por meio de adaptações de espaços não planejados somente para atender a demanda com foco assistencialista. Nesse mesmo momento, passa a ser ofertado também o ensino pré-escolar nas escolas estaduais.

Nessa direção, havia acordos entre as entidades e empresas, dos quais umas acolhiam as crianças, outras contribuíam com doações para as que atendiam o público infantil, como é o caso do Lions Clube, Rotary Clube, a Serralheria do senhor Pacola, Cooperativa dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Alcool de Naviraí Ltda. - COOPERNAV, frigorífico, loja maçônica e igrejas.

Dessa maneira, sendo o Clube de Mães a entidade precursora da assistência infantil de Naviraí, procuraremos a partir de agora enfatizar como ocorreu esse atendimento e quais programas sociais foram implantados no Clube. Para tanto, o Clube de Mães surgiu em 1974 por ações de mulheres da classe alta do município, como a 1ª dama da época, professoras, enfermeiras, esposas de médicos e empresários, tendo também a participação do padre da

¹ No período Naviraí pertencia ao estado de Mato Grosso, e posteriormente, esse estado foi dividido originando um novo estado, o Mato Grosso do Sul em 1979. Deste modo, questões políticas foram resolvidas acerca de desejos entre forças sociais. A divisão de Mato Grosso contribuiria com os anseios econômicos e políticos dos representantes da separação do sul, sendo parte das mudanças e das estratégias do governo com o intuito de aumentar o poder. O Mato Grosso do Sul teria uma função de colocar o setor econômico e a agropecuária numa condição de auxiliar o crescimento nacional e conquistar chances de negócios com mercados externos (Silva, 1997)

paróquia local. O Estatuto de criação foi elaborado e aprovado em 3 de junho de 1974, documento que estabeleceu todas as normas e serviços a serem oferecidos ao público e às mulheres que eram chamadas de sócias e estariam à frente da instituição. Percebemos como aponta Jacques Le Goff, “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (1990, p. 470). Logo, o Estatuto do Clube de Mães revela os ideais e a influência de seus representantes da época.

O Clube de Mães emergiu tanto da necessidade de atender especialmente as mães carentes, como do incentivo do padre que dirigia a paróquia naquele período e influenciou, sobremaneira, a estruturação da entidade como uma ação importante para a sua Igreja. As mulheres pertencentes a essa paróquia religiosa se identificavam como “cursilhistas” e começaram suas atividades na entidade depois de uma visita à igreja Santa Rita e ao Clube de Mães da cidade de Dourados-MT. Dessa forma, a partir da experiência observada, resolveram desenvolver uma semelhante em Naviraí, com a orientação vinda de Dourados. Nesse período, 1974 (antes da divisão do estado de Mato Grosso), tanto o Clube de Mães de Dourados como o inaugurado em Naviraí, estavam ligados à sede da LBA de Cuiabá.

Conforme Scavone (2011), os Clubes de Mães foram espalhados por muitos centros urbanos e começaram a surgir no Brasil por volta de 1952, por iniciativa da LBA, em parceria com órgãos intergovernamentais como o Fundo Internacional de Socorro à Infância - FISFI, atrelado às Nações Unidas e ao Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, os quais visavam o atendimento às mulheres das camadas populares, atuando em ações de orientação às famílias, oferecendo serviços de assistência, cuidados higiênicos, médico-farmacêutica e nutricional, creche, postos de puericultura, saúde e cursos profissionalizantes. Tais instituições, que enfatizavam a ideia de ajuda mútua, se espalharam por todo o país e se organizavam conforme as características de cada região.

Os Clubes de Mães se configuravam em espaços de sociabilidade para as mulheres que ali se encontravam tanto para aprender algum ofício por meio de cursos, como para conversar, trocar ideias e receber orientação sobre as suas tarefas, principalmente as domésticas, os cuidados com os filhos e sua educação. Algumas dessas instituições foram criadas em articulação com os movimentos comunitários de bairros, com a Igreja Católica, filantropia e outros movimentos sociais, mas sempre priorizando uma vertente assistencialista.

No caso do Clube de Mães de Naviraí, sua origem e criação foi mediada pela Igreja Católica e, não somente esta instituição, mas a maioria delas criadas pelo país, por intermédio de entidades religiosas, almejava fazer caridade e evangelizar os indivíduos, ou ainda, ensinar à população regras e “boas maneiras”, o que se poderia dizer, ou um determinado comportamento com modos civilizados. Para Elias (2011), esse processo busca formar um padrão social aceitável, representado pelo comportamento de indivíduos que já estão estabelecidos e fazem parte de um determinado grupo social. Esses

comportamentos se modificam ao longo do tempo e acompanham um processo civilizador da humanidade que está em contínua mudança. Ou seja, estamos envolvidos em uma rede de relações que nos ligam mutuamente pelas próprias formas de dependência entre nós, nesses processos formados por figurações, que são lugares permeados por interdependências; e nesses conjuntos de ações humanas interdependentes os indivíduos transitam, se relacionam e se constituem socialmente. Desse modo, podemos dizer que também estão presentes as relações de poder, constituídas pelos jogos de interesses individuais ou coletivos, dos quais regras, padrões e normas sociais são manejadas de modo a ensinar aos outros comportamentos que se espera para que convivam nesse grupo. Assim, os clubes faziam esse trabalho de ensinar as mulheres a serem civilizadas – de modo a serem aceitas pela sociedade naviraiense –, e o que era necessário para compreender regras e normas de comportamento, além dos cursos e da sociabilidade.

Nesse contexto, o Clube de Mães de Naviraí seguia o padrão fundamentado na origem dos demais clubes fundados no país, por se constituir como instituição filantrópica, registrada e organizada conforme os princípios da LBA, sendo mantida por recursos vindos da mesma instituição e também da prefeitura, além de doações de fazendeiros e empresas do município. Segundo os documentos, os objetivos da entidade – segundo o capítulo I e artigo 1º do Estatuto do Clube de Mães de Naviraí –, era atender mulheres que pertenciam à classe baixa de Naviraí e desenvolver nas mães a iniciativa para as suas grandes tarefas e responsabilidades, quer na manutenção das relações familiares, quer na educação de seus filhos, entre outros (NAVIRAÍ, 1974).

O Clube de Mães visava atender gestantes e demais mulheres de 21 a 65 anos e, posteriormente, houve a necessidade de atender as meninas adolescentes e os filhos das mães que frequentavam a entidade, ampliando as finalidades iniciais de atendimento, conforme já apontamos em pesquisa anterior (RODRIGUES, 2019). A instituição oferecia cursos às mães e às adolescentes, tais como: cursos de corte e costura, tricô, culinária, enxoval de bebê, bordado, manicure, cabelereira, datilografia, entre outros, além de projetos e campanhas, doação de cestas básicas, vacinação, etc. Esses cursos eram organizados por departamentos e formados por uma coordenadora e professoras para atender a demanda. No encerramento de cada curso, as responsáveis pelos departamentos organizavam formaturas com cerimônias e celebrações festivas (café, salgadinho, bolos) para comemorar e entregavam o certificado de conclusão para aquelas que terminavam os respectivos cursos. A Figura 1 ilustra um desses momentos.

Figura 1: Café da formatura de um dos cursos em 1974.



Fonte: Arquivo privado pessoal (Cleuza, 2018).

Na figura apresentada vemos um momento de descontração, onde é servido um café em comemoração ao encerramento de um curso. Acreditamos ser um dos primeiros encerramentos de curso, isso porque a foto data de 1974, ano em que foi inaugurado o Clube. Também é possível verificar crianças presentes na foto ao lado das mães, ao fundo da imagem, além de olhares tímidos. Tais circunstâncias nos ajudam a crer que eram mulheres simples e tímidas por estarem em certas condições de vida. Além disso, muitas não tinham como costume sair de casa para participar de alguma programação coletiva, além da igreja. As fontes visuais trabalhadas na pesquisa de Rodrigues (2019) mostraram que, no decorrer dos anos de participação no Clube de Mães, elas foram interagindo e as imagens nos pareceram de mais envolvimento das mães, pois como coloca Peter Burke, “[...] a textura da fotografia também transmite uma mensagem” (2017, p. 39).

Esses momentos de cerimônias, além de terem sido espaços de sociabilidade e troca de experiências profissionais específicas, também constituíram vivências de interação, uma vez que são “[...] condições fundamentais da existência humana [...] a presença simultânea de diversas pessoas inter-relacionadas” (Elias, 1994, p. 23) com objetivos e proposições comuns. Outra característica presente na documentação, a diretoria do Clube de Mães, era formada por uma presidente, uma vice-presidente, duas secretárias e duas tesoureiras. Em sua grande maioria, contava com apoio de voluntários para realizar as atividades e apenas algumas pessoas recebiam por seus trabalhos nos departamentos (Naviraí, 1974). A instituição funcionava de segunda a sexta-

feira, aos cuidados de uma presidenta geral que, com as suas equipas, realizava as atividades. Esse trabalho de ação social destinado às mães no Clube de Mães funcionou até 2015.

4. Clube de mães um lugar de mulheres e também de crianças

O Clube de Mães de Naviraí ofereceu atendimento à infância, em função das mães cursistas não terem onde deixar suas crianças enquanto realizavam os cursos na instituição, podendo lá permanecer, e também porque recebiam alimentação (lanche) na instituição. Logo, a presença das crianças tornou-se um empecilho no desempenho das mães, pois as crianças e toda a sua movimentação tumultuavam o processo e atrapalhavam o andamento das atividades.

Tal situação impulsionou a criação de um departamento específico de atendimento infantil, e assim foi implantado o Projeto Casulo em 1979. Analisando a influência das crianças, podemos dizer que esse processo levou a uma transformação na organização das atividades do Clube de Mães. Podemos dizer, conforme Elias (2012), que embora a infância pareça um período de pouca autonomia, pelo contrário, faz as crianças exercerem um nível de poder na relação com os adultos capaz de forçar e provocar uma ruptura na organização social. Desse modo, a abertura do Projeto Casulo para atender as crianças mostrou que a "reflexão mais profunda sobre as necessidades das crianças é, no fundo, o reconhecimento do seu direito de serem compreendidas e apreciadas em seu caráter próprio e este também é um direito humano" (Elias, 2012, p. 469) na medida em que elas foram percebidas e atendidas na sua especificidade, em uma atividade que fosse direcionada somente para atendê-las.

O Projeto Casulo surgiu em âmbito nacional, em 1977, objetivando atender crianças de 0 a 6 anos para prevenir a sua marginalidade. Sem intenção de preparação para a escolarização futura (Kramer, 1995), buscava oferecer cuidados higiênicos, médico-odontológicos, nutricionais, recreativos, orientações às mães e oportunidade para elas no tempo livre para que pudessem entrar no mercado de trabalho e aumentar a renda da família. Com essas mesmas intenções, o Projeto Casulo foi implantado no Clube de Mães de Naviraí, atendendo inicialmente 50 crianças entre 4 e 6 anos de idade. O atendimento, no princípio, era integral e quem atuava com as crianças no Projeto Casulo eram as sócias responsáveis pelo departamento, monitoras estudantes do curso de magistério e outras professoras recém-formadas.

Figura 2: Crianças em um momento de refeição em 1985.



Fonte: Arquivo privado pessoal (Cleuza, 2018).

A figura acima mostra as crianças no momento de refeição, aparentemente em um refeitório, que era organizado em sala destinada para esse fim. É nítido que não há talher nos pratos para que as crianças comam, porém algumas estão comendo com as mãos, e outras estão apenas observando. Pode ser que estivessem esperando os talheres. Segundo a guardiã do arquivo, elas não deram os talheres para as crianças de imediato para que todas ficassem com a atenção para a foto que seria tirada e não na comida que estava à sua frente. Com isso, notamos que nem tudo era preparado para o atendimento às crianças provavelmente por estar no início das atividades e ainda estivesse em organização.

Portanto, acreditamos que tiravam fotos e as usavam para registrarem que as atividades estavam ocorrendo. Percebemos a adaptação dos recursos materiais de acordo com as necessidades e isso mostra a lentidão como foram se organizando até acomodarem todas as crianças. Essa foi uma das características do Projeto Casulo, o desenvolvimento das atividades por meio de “[...] construções simples, uso de espaços ociosos ou cedidos pela comunidade [...]” (Rosemberg, 2006, p. 149), ou seja, feito com poucos recursos, de modo improvisado, de forma amadora, sem muito investimento, mostrando a histórica falta de atenção para com a educação das crianças pequenas no Brasil.

As pesquisas de Silva (1997) sobre essa temática, destacam que as creches instaladas no Mato Grosso do Sul, pelo Projeto Casulo, têm as mesmas peculiaridades expressas nos modelos nacionais, ou seja, uso de materiais simples, aproveitando equipamentos precários e improvisados para auxiliar no trabalho, feito de forma a ter poucos gastos, com atividades orientadas a partir de concepções de prevenção e de cunho compensatório. Tanto os cuidados

higiênicos, como os de nutrição, eram ponto crucial do Casulo e a LBA se responsabilizava por isso (Kramer, 1995).

A rotina e as atividades do departamento do Projeto Casulo no Clube de Mães, além do cuidado e assistência às demandas psicossociais das crianças, estavam fundamentadas em brincadeiras, brinquedos, atividades de pinturas, história, contos, músicas e atividades de artes como dobraduras, pinturas etc. No caso da criança que ficava em período integral, havia uma rotina semelhante ao modelo educacional do pré-escolar que se espalhou no Mato Grosso do Sul a partir de 1980. Portanto, embora o Projeto Casulo tivesse basicamente voltado para a assistência à criança pequena, ele demonstra ter intenções de preparar as crianças para a escolarização posterior, pois é o que nos revelou a rotina do trabalho realizado com as crianças no Clube de Mães, conforme as fontes consultadas na pesquisa concluída.

Desse modo, o desenvolvimento do Projeto Casulo na instituição foi implantado com recursos escassos e levou as sócias a buscarem parcerias com a população naviraiense, ampliando suas redes de interdependência nas relações que estabeleciam com as pessoas para conseguir recursos materiais e financiamentos a fim de conduzir suas atividades (Elias, 2006). Mesmo com todo o apoio, o Casulo chegou ao fim em 1990, por falta de recursos para suprir as necessidades do atendimento. Com o encerramento do Projeto, ficou acordado, em assembleia, que o mesmo fecharia e a creche passaria a ser de responsabilidade do Programa Nacional do Serviço Voluntário de Assistência Social - PRONAV. Assim, a pré-escola seria destinada para as escolas estaduais que, à época, era a responsável. A creche saiu de um programa de assistência e foi para outro com especificidades semelhantes, o que nos leva a inferir que a qualidade do atendimento continuou seguindo o mesmo modelo.

Entre os anos de 1979 e 1990, foram atendidas aproximadamente 514 crianças pelo Projeto Casulo. Dados da atuação de uma década do Projeto Casulo em Naviraí, que não foi igual em todos os municípios, pois, como diz Rosemberg (2006), o Casulo não teve vida longa em todos os lugares em que foi implantando, tendo o funcionamento variado muito de um lugar para outro. No caso de Naviraí, a primeira dama da época, Iolanda Antônio Fabris, que foi uma das sócias, colaboradora e presidente do Clube de Mães, responsabilizou-se pelas crianças de 0 a 3 anos e ampliou o atendimento. E logo após foi construído o Centro Integrado de Educação de Naviraí Maria José da Silva Cançado – de Pré-Escolar e 1º Grau - CIEN, fundado em 1992, que começou a atender a demanda de creche e de pré-escola.

5. O Centro Integrado de Educação Maria José da Silva Cançado e a creche Mamãe Zezé: a primeira instituição pública municipal

Nessa perspectiva, em janeiro de 1995, CIEN passou a denominar-se Creche do Centro Integrado de Educação Maria José da Silva Cançado, popularmente conhecida como “Creche Mamãe Zezé”. Podemos considerar que a nomenclatura da instituição “Mamãe Zezé” poderia representar esse espaço como um o lugar de acolhimento próximo ao familiar e que atendia as crianças



na perspectiva de serem indivíduos frágeis e incapazes, oferecendo uma continuidade do lar. A partir de 1998, foi permitida a utilização da denominação Educação Infantil que aparecia não mais como uma palavra, mas como um conceito do atendimento, pois o debate sobre a forma do atendimento à criança pequena já estava há bastante tempo sendo discutido por meio das políticas nacionais, surgindo assim, a alteração da nomenclatura para “Centro Integrado de Educação Infantil Maria José da Silva Cançado”.

Entretanto, a instituição sofreu várias modificações seguindo a legislação vigente até se tornar o Centro Integrado de Educação Infantil - CIEI “Mãe Zezé”. Tais modificações expressas na legislação, na organização escolar, na formação docente, nas práticas pedagógicas e também nos espaços físicos. Desse modo, o espaço da creche foi construído, nesse mesmo Centro Integrado de Educação Infantil - CIEI “Mãe Zezé”, pensando em atender crianças menores, com banheiros adaptados, salas mais amplas, etc., com a estrutura predial em curvas arredondadas (salas que se encontram em um corredor circular e culminam em uma sala ao centro do prédio).

Figura 3: Espaço da Creche Mãe Zezé sem data.



Fonte: Arquivo privado pessoal (Vera, 2018).

No início, o atendimento realizado na Creche Mãe Zezé se assemelhou ao formato que já vinha acontecendo no período do Projeto Casulo no Clube de Mães, sendo que atendia as necessidades das famílias que precisavam de um lugar para deixar seus filhos enquanto trabalhavam e, diante disso, as crianças eram atendidas com um misto de cuidado e proteção vinculados à assistência e com a formação preparatória para os anos escolares que viriam a seguir. A

educação materializada com as crianças foi uma educação pela falta, voltada para a pobreza e a infância pobre que tem servido para a “[...] desqualificação, por um lado, das crianças, que são compreendidas, apenas, como aquelas que têm e não têm infância e, por outro lado, os pobres, que são aqueles em quem predomina a falta” (Abramowicz, 2003, p.15).

Tais indícios demonstraram que as alterações na creche foram ocorrendo aos poucos e que as profissionais que atuavam com as crianças, denominadas monitoras de creche, não possuíam formação específica para a função de professoras, foram aos poucos identificando que sua profissão também estava em processo de mudança. Diante desses novos desafios da carreira, foi preciso buscar uma profissionalização e um aperfeiçoamento de seus conhecimentos, uma vez que, essa foi uma exigência da legislação, a qual todas as secretarias municipais deveriam se adequar.

A compreensão do processo histórico dos primeiros movimentos de atendimento à criança no Brasil e no Mato Grosso do Sul, possibilitou verificar como o cenário do atendimento foi se modificando a partir das alterações ocorridas entre o atendimento ofertado pela assistência social e, depois, pelas secretarias/gerência de educação no caso em tela, no município de Naviraí.

Percebemos que a educação da criança pequena no município esteve vinculada a um atendimento centrado em atividades básicas de cuidado, com uma proposta pedagógica para a submissão e aceitação da condição de atendimento às crianças pobres e necessitadas de assistência e/ou por uma perspectiva de atendimento compensatório de uma educação pela falta de condições resguardadas pelo indicativo de ser para crianças de classes populares. Portanto, só a partir do advento da LDBEN, lei nº 9.394/96 que, em Naviraí, surgiram novas perspectivas em relação ao atendimento à criança, uma vez que essa lei enfatizou os direitos da criança ao cuidado e à educação, migrando o atendimento para o setor educacional e retirando-o da Assistência Social. Tal processo de mudança de responsabilidade de um setor para o outro, no município, se arrastou até o ano de 2006, para ser efetivado. Isso provocou conflitos no decorrer dos anos, essas peculiaridades foram determinantes na história do atendimento à criança naviraiense (Rodrigues, 2019).

6. Considerações finais

Com a finalidade de apresentar o retrato das primeiras ações de atendimento a infância na região sul de Mato Grosso do Sul, para a contribuição do cenário no início do atendimento à infância no município de Naviraí, por meio do Clube de Mães e o Projeto Casulo implementado pela Legião Brasileira de Assistência, assim como a implementação da primeira creche pública no município no Mato Grosso do Sul, acreditamos que este trabalho cumpriu com o objetivo inicialmente proposto. Desta maneira, consideramos que a história do atendimento à criança pequena foi marcada por acontecimentos políticos, econômicos e sociais que, inicialmente influenciada por uma educação assistencialista, se espalhou por todo o país e, durante esse processo, mudanças significativas ocorreram, resultando hoje na Educação Infantil e na primeira



etapa da Educação Básica. No Mato Grosso do Sul identificamos tais perspectivas e apontamos que o Clube de Mães de Naviraí teve papel importante na vida das mulheres que atendeu e também no atendimento à infância por meio do Projeto Casulo, ainda que assistencialista, contribuiu com o desenvolvimento das crianças atendidas nos aspectos de cuidado, saúde, alimentação e de educação assistencial.

Deste modo, na identificação do percurso histórico do atendimento à infância no município de Naviraí, compreendemos também que o processo de transição do atendimento da Assistência Social para a Educação, partindo da proposta inicial implantada pelo Projeto Casulo no Clube de Mães vinculado a Igreja Católica, financiada pela Legião Brasileira de Assistência, e a criação da primeira creche municipal denominada Creche Mamãe Zezé, no primeiro momento com recursos da Assistência Social e, posteriormente recursos da Educação. Naviraí foi criada por um grupo de fundadores que se preocupou em planejar a cidade, a fim de que ela progredisse, dessa forma a educação se tornou uma prioridade, as escolas foram criadas e a demanda de crianças na instituição Mamãe Zezé foi grande. As escolas estaduais também tiveram um papel importante, ofertando por um período o atendimento Pré-escolar, mas com a municipalização do sistema de ensino acabaram encerrando o atendimento e o município assumiu toda a demanda de creche e pré-escola.

Por meio dos dados elencados na pesquisa de doutoramento de Montiel (2019) e das análises realizadas neste artigo, constatamos que Naviraí pode ter sido um dos primeiros municípios do estado de Mato Grosso do Sul a iniciar a transferência do atendimento de Creche e Pré-escola da Assistência Social para a Educação. As exigências sociais e legais fizeram com que as mudanças fossem ocorrendo no cenário do atendimento à criança configurando também os espaços, da profissionalização docente, a partir da municipalização dos recursos.

Tais mudanças alteraram a profissão das monitoras de creche que até o momento não tinham uma formação adequada para realização do ofício de professora, exigido pela legislação nacional, pela Lei 9.394/96 (Brasil, 1996). Afetaram sobretudo a função exercida pelas profissionais que trabalhavam na creche sem formação em magistério ou curso normal, que foram redirecionadas para outros cargos e funções na gerência de educação e passaram a trabalhar com o atendimento em bibliotecas ou secretarias de escola, não mais como professoras leigas. A educação da criança pequena em Naviraí também passou por mudanças, o entendimento de que não se configurava mais como um cuidado vinculado a assistência social, mas se tornava uma etapa da educação básica, conseqüentemente a educação infantil se expande no município nos anos seguintes.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislaine; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras**, v.5 n.13, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176>. Acesso em 12 de jun. 2022.



ABRAMWICZ, A. O direito das crianças à educação infantil. **Pró-Posições**. v. 14, n. 3 (42), p. 13-24, set./dez. 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942**. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm/. Acesso em: 6 abr. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 6 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 58 p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 outubro 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília, 11 de outubro de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 31 mar. 2018.

BRASIL. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE). Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul. Ano base, 2015. Campo Grande: SEMADE, 2016, 109 p. Disponível em: <https://www.seilog.ms.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. In: BURKE, P. (Org.). Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Editora Unesp Digital: São Paulo, 2017.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organização de Michael Schoter, tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais. In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Org.). **Escritos e ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 21-33.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. *In*: ELIAS, N. (Org.). **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. A civilização dos pais. **Revista Sociedade e Estado, Brasília**, v. 27. n. 3, p. 469-493, set./dez. 2012.

FARIA, H. A. Trajetórias de professores homens que atuaram com crianças no interior de Mato Grosso do Sul (1962-2007). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação FAED - Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Dourados/MS.

FERREIRA, Eliana Maria. **"Você parece criança!"** Os espaços de participação das crianças nas práticas educativas. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2012.

GRATIVOL, Samara. **Educação pré-escolar em Dourados**. A Escola Serviço de Educação Integral – SEI (1980-1995). 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

KRAMER, Sônia. (Org.). **Políticas do pré-Escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Parque Infantil: a singularidade e seus componentes. **Educar em Revista**, v. 35. n. 77, p. 223-244, set./out. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990 (Coleção Repertórios). Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppg_com/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação**. 2014. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/pee-ms-2014.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein. **Da Assistência à Educação Infantil**: a transição do atendimento à infância no município de Naviraí - MS (1995-2005). 2019. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.



NAVIRAÍ, Mato Grosso. **Estatuto do Clube de Mães**. Aprovado pela diretoria de 1974. Naviraí - Mato Grosso, 3 de junho, C.M.N. Registro nº 387. Dourados/MT, 1974.

NAVIRAÍ, MS. Plano Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Naviraí, 2004 - 2014. Acervo – Gerência Municipal de Educação.

NAVIRAÍ, MS. Plano Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Naviraí, 2015-2025. Acervo – Gerência Municipal de Educação.

ROSEMBERG, Flúvia. A LBA – o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. *In*: FREITAS, C. M. **História social da infância no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 141-162.

RODRIGUES, Giseli Tavares de Souza. História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974-1990). 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

SANTOS, Ronise Nunes. **A história da "Casa Escola O Infantil do Bom Senso**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FAED, Faculdade de Educação – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2015.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues; SÁ, Elizabete Figueiredo. Educação infantil em Mato Grosso (1920 -1945). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

SARAT, Magda. A infância e a formação de Mozart: contribuições á educação infantil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 25 n.1, 2011, p. 91-102. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1445/1165>. Acesso em 20 de jul. 2022.

SILVA, Claudemir Dante. **Família e educação infantil**: relações interdependentes. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2015.

SILVA, Anamaria Santana; SOUZA, Rosa Fátima. Recordando e colando: as origens da educação infantil nas escolas públicas de Mato Grosso do Sul. *In*: MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira 1875 – 1983**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001, p. 232-270.

SILVA, Anamaria Santana. **Políticas de atendimento à criança pequena no Mato Grosso do Sul 1983/1990**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1997.



SCAVONE, Darci Terezinha de Luca. **Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984)**. 2011. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba/SP, 2011.

YAMIN, Giana Amaral. **A evolução do atendimento pré-escolar do Estado de Mato Grosso do Sul a partir de uma análise do histórico das propostas governamentais**. 2001. Dissertação de (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2001.

Recebido em: 29 de abril de 2024.
Aceito em: 24 de agosto de 2024.
Publicado em: 30 de outubro de 2024.

